

# Ministros "ulyssistas" decidem continuar no governo

CLÓVIS ROSSI  
Enviado especial a Brasília

Os três ministros mais intimamente ligados ao presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, estavam virtualmente demissionários ontem pela manhã, mas, na hora do almoço, entre garfadas no camarão à catarinense servido na casa do ministro Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia), decidiram permanecer nos seus postos.

Luiz Henrique, Renato Archer (Previdência Social) e Celso Furtado (Cultura) haviam sido praticamente convidados a deixar o governo pelos seus colegas de Ministério mais próximos do presidente José Sarney, logo após a vitória do governo nas votações de anteontem da Constituinte sobre o sistema de governo e o mandato dos futuros presidentes. Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, por exemplo, dissera que era uma "questão de consciência" os ministros parlamentaristas (como os três "ulyssistas") deixarem o governo.

Na hora do almoço, reunidos com Ulysses, o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), os três elaboraram o seguinte teorema para justificar a permanência:

1 — Ulysses nunca foi parlamentarista e nem quatroanista. Tampouco trabalhou por uma ou outra hipótese. Logo, era "injusto" dizer que ele fora derrotado.

2 — Se Ulysses não foi derrotado, os ministros a ele ligados não poderiam aceitar a etiqueta de "vencidos" e pedir demissão.

## Ocupar espaços

Esse raciocínio serve muito mais para continuar ocupando espaços no governo do que, propriamente, para justificar a permanência. E premedita-se ao futuro imediato: os "ulyssistas" sabem que o presidente Sarney vai pesar cuidadosamente as vantagens e desvantagens de mexer nos ministros "ulyssistas", pensando na votação de seu próprio mandato, nas disposições transitórias.

"A votação de anteontem deu ao presidente uma grande vantagem, mas é ilusório pensar que ele pode deitar na rede e tomar chimarrão", foi a conclusão do almoço, contada à

Folha por um dos participantes, com pedido de reserva do nome.

## Forçando o racha

A decisão de permanecer no governo liga-se, também, à prioridade que Ulysses se auto-fixou: "Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para preservar a unidade do PMDB". Retirar os seus ministros do governo seria uma declaração de guerra que cindiria de vez o já rachado edifício peemedebista, o que, ainda na avaliação do "ulyssismo", só ajudaria o Palácio do Planalto.

Que o governo trabalha para dividir o PMDB ficou ontem ainda mais claro, pelas palavras do ministro da Saúde, Borges da Silveira (nomeado pelo "Centro Democrático", a ala conservadora e "sarneyzista" do PMDB), e do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

## Festa de extinção

Borges sugeriu que o PMDB pense, já, na "Festa de extinção", ao passo que Cardoso Alves convidou o senador Fernando Henrique Cardoso a deixar o partido: "Se alguns acham que é hora de deixar o partido, que saiam. As portas estão abertas", disparou Cardoso Alves, no "pinga-fogo" da sessão matinal da Constituinte. "Não sabia que ele era guarda de porteira", respondeu, à tarde, Fernando Henrique.

As estocadas vão ficar nisso, por enquanto, porque os dois lados medem quais as chances de uma reversão na expectativa de que o mandato de Sarney será confirmado em cinco anos, na hora de se votar as disposições transitórias. Raros constituintes acreditam que o "quatroanismo" ainda tenha flego para uma reviravolta, mas, como de hábito, os "quatroanistas" se voltam para Ulysses Guimarães.

"Ele vai ter que optar entre ser presidente do Congresso constituinte, que faz acordo com todos, ou presidente do PMDB, que é pelos quatro anos", diz Fernando Henrique, exagerando na dose (a maioria do PMDB votou pelos cinco anos, anteontem, mas a alegação dos "históricos" é a de que a posição dos constituintes não reflete a posição das bases partidárias, que seriam maciçamente "quatroanistas").



O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) demonstra abatimento ao ocupar a Mesa do Congresso constituinte

## Presidente encontra deputado no aeroporto

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney encontrou-se ontem com Ulysses Guimarães na Base Aérea de Brasília, quando foi despedir-se de Mora Guimarães que embarcava para São Paulo. A mulher do presidente do Congresso constituinte e do PMDB fraturou o colo do fêmur ao levar uma queda, anteontem à noite, na cozinha de sua casa e preferiu se recuperar em São Paulo.

Foi o primeiro encontro entre Sarney e Ulysses após a votação do sistema de governo e do mandato dos futuros presidentes pelo Congresso constituinte. Sarney não fez nenhuma declaração. Ele cumprimentou Ulysses e sua mulher, deixando a Base Aérea às 11h30, com destino ao Palácio da Alvorada. Ulysses disse que não era o momento oportuno para falar sobre política.

Indagado se o resultado da votação de anteontem afastaria o PMDB definitivamente do presidente José Sarney, Ulysses afirmou que no momento o fundamental é concluir a nova Constituição. Ele disse que é preciso juntar todos os esforços para que seja elaborada a melhor Carta possível e que permita a mudança de estruturas que têm prejudicado milhões de brasileiros. Disse ainda que não acredita que o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do partido no Senado, deixe o PMDB. "Se depender de mim ele não sairá", afirmou Ulysses.

## Reforma ministerial

O ministro Ronaldo Costa Couto não confirmou que o governo pretenda deslançar uma nova reforma ministerial nos próximos dias. Segundo ele, é preciso evitar precipitações. "O momento é de análise e de reflexão sobre como agir para melhorar este país".

Mora Guimarães chegou em São Paulo às 12h55 em um avião da FAB. Ela está internada no Hospital Sírio-Libanês (zona sul de São Paulo), onde deverá ser operada às 7h de hoje, pela equipe do doutor Marco Martins Amatusi.

## Waldir defende rompimento com Planalto

Do enviado especial a Brasília

O governador da Bahia, Waldir Pires, disse anteontem, no Congresso, a alguns parlamentares seus amigos, que o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deve romper "definitivamente" com o presidente José Sarney. Pires é amigo pessoal de Ulysses e um dos governadores que articula com mais intensidade e encurtamento do mandato de Sarney para quatro anos.

Na última terça-feira, antes mesmo da votação do sistema de governo, o governador da Bahia já estava certo de que Sarney era o grande vencedor do dia. Ele soube disso depois de ouvir um relato da situação política, feito pelo senador José Richa (PMDB-PR), que como Pires, defende o parlamentarismo.

O governador baiano tem sido instado a, diante das poucas chances da Constituinte aprovar quatro anos para Sarney, abrir alguns canais

mais diretos de comunicação com o Palácio do Planalto. Ele resiste.

"Relações políticas como o governo eu não quero nenhuma", garantiu o governador da Bahia a esses constituintes. Políticos do PMDB baiano tem alertado Waldir Pires para o fato de o governo federal estar executando dois tipos de governo paralelo no Estado: um através das verbas para o desenvolvimento urbano, a cargo do ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, e outro regido pela política de concessões de emissoras de rádio e televisão, comandado pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Ações isoladas e conjuntas de Prisco e Antônio Carlos (que não mantém boas relações pessoais) tem carreado para a Bahia recursos e obras de outros ministérios, como, por exemplo, o dos Transportes. "O que eu quero é que a Bahia receba o atendimento do governo, se não

puder ser através do governo estadual, que seja diretamente do governo federal. O importante é que a Bahia seja atendida", vem dizendo Waldir Pires a seus correligionários políticos.

## Descontentamento

Assessores do governador da Bahia acham que essa postura do governador vai levá-lo ao desprestígio ante o eleitorado baiano, e ao suicídio político. Waldir Pires, naturalmente, não concorda. A verdade é que a posição dele, frontalmente contrária ao Palácio do Planalto, tem despertado forte preocupação na bancada de deputados federais do PMDB baiano.

Antes do carnaval, por exemplo, o governador teve que chamar o deputado Marcelo Cordeiro para uma conversa em Salvador. Cordeiro tinha feito um discurso da tribuna da Câmara contra a ineficiência do governo peemedebista da Bahia, e Pires chamou o deputado para dizer

que seu governo não fazia mais porque não recebia verbas federais —uma forma de retaliação contra a posição de governador favorável aos quatro anos para Sarney.

De volta a Brasília, Cordeiro foi interpelado por seu colega Jorge Medauar (PMDB-BA), que quis saber como tinha sido o encontro. Marcelo Cordeiro elogiou o passado de Waldir Pires, sua maneira educada e gentil de tratar as pessoas, mas acrescentou: "Só que dentro do governo federal eu vou fazer os meus próprios caminhos".

Cordeiro não está só nas divergências com o governador de seu Estado. O deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) cujo reduto eleitoral é a cidade de Feira de Santana —a segunda maior da Bahia— também tem reclamado da pouca agilidade do governo de Pires para recomendar as regiões que mais votos deram ao PMDB da Bahia nas eleições de 86. (Roberto Lopes)

## Reforma não sai, afirma Quércia

Da Reportagem Local

O presidente José Sarney não tem a intenção de fazer qualquer alteração ministerial. A informação foi dada ontem pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, durante visita à Estação experimental de Pindamonhangaba (140 km a Nordeste de São Paulo). O governador está convencido que o Congresso

constituinte aprovará cinco anos de mandato para Sarney.

O governador parecia aliviado com a definição do sistema de governo e do mandato dos futuros presidentes. Quércia foi acompanhado pelo ministro da Agricultura, Iris Rezende, que preferiu poucas declarações sobre a conjuntura política. Dizia-se "bastante satisfeito com o resultado" e "esperançoso

na volta dos investimentos daqueles que estavam na posição de observadores".

Segundo o governador Almino Affonso, o principal erro dos parlamentaristas foi "a vinculação entre sistema de governo e cinco anos para o presidente", que, segundo ele, deixaram transparecer a existência de "um grande conchavo".

Governador e ministro fizeram coro para afirmar que não acreditavam na saída do senador Fernando Henrique Cardoso e de outros parlamentares do partido.

Presidencialista e defensor de quatro anos para o presidente José Sarney e para os demais presidentes da República, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), 71, afirmou ontem, em Recife (PE), que a decisão da Constituinte não significa que o mandato do presidente Sarney não poderá ser reduzido nas disposições transitórias e que conta com a mobilização popular para pressionar os parlamentares a votar pelos quatro anos.

Para Arraes, um mandato de quatro ou cinco anos não muda os rumos do país que, segundo ele, atravessa uma fase "grave" por causa da recessão imposta pela política econômica do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. "A questão fundamental não é o tempo de mandato ou a eleição em si, mas um governo que adote uma política econômica anti-recessiva, para redirecionar os rumos do Brasil". O governador é da opinião de que "não resolveria, por exemplo, se o mandato fosse de quatro anos e a política econômica fosse recessiva e antinacional como a atual".

A aprovação do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República e do sistema presidencialista não representam, afirmou o governador, uma tendência para a aprovação de cinco anos para Sarney.

Esquivando-se de analisar a composição do bloco "sarneyzista" na Constituinte, Arraes disse não ver "nenhuma ligação entre uma coisa e a outra. A duração do mandato depende da outra votação, que independe dessa", declarou.